



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 42/XII/ 1.^a SL

Aos 21 dias do mês de dezembro de 2011, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.^{os} 38/XII, 39/XII, 40/XII e 41/XII (reuniões de 13, 14 e 15 de Dezembro de 2011);

2. Apreciação e votação do parecer, na generalidade, sobre a Proposta de Lei n.º 35/XII/1.^a (GOV) – Estabelece o regime jurídico aplicável à prestação de serviços postais, em plena concorrência, no território nacional, bem como de serviços internacionais com origem ou destino no território nacional e transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2008/6/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de Fevereiro de 2008.

Relator: Deputado Fernando Jesus (PS)

3. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que institui o Mecanismo Interligar a Europa [COM(2011)665],

Relator: Deputado João Paulo Viegas (CDS-PP);

4. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração do Acordo que cria uma Associação entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a América Central, por outro [COM(2011)679]

Relator: Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS);

5. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à segurança das atividades de prospeção, pesquisa e produção offshore de petróleo e gás [COM(2011)688],

Relatora: Deputada Heloísa Apolónia (PEV);

6. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo ao Programa Consumidores para 2014-2020 [COM(2011)707]

Relator: Deputado Fernando Serrasqueiro (PS);



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 42/XII/ 1.ª SL

7. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de DIRECTIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva 2006/126/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante às cartas de condução que incluem as funcionalidades de um cartão de condutor [COM(2011)710],

Relator: Deputado Bruno Dias (PCP);

8. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO Cooperação administrativa no domínio dos impostos especiais de consumo [COM(2011)730]

Relatora: Deputada Catarina Martins (BE);

9. Apreciação e votação do parecer sobre o "Pacote Mercadorias" [COM(2011)765, COM(2011)766, COM(2011)764, COM(2011)768, COM(2011)769, COM(2011)770, COM(2011)771, COM(2011)772, COM(2011)773]

Relator: Deputado Nuno Encarnação (PSD);

10. Apreciação Parlamentar n.º 1/XII/1.ª (PCP) – Decreto-Lei n.º 61/2011, de 6 de Maio, que "Regula o acesso e exercício da atividade das agências de viagem e turismo"

Discussão e votação das propostas de alteração

11. Apresentação e discussão do Projeto de Resolução n.º 134/XII/1.ª (PSD, CDS-PP) – Recomenda ao Governo a alteração de normas do Decreto-Lei n.º 61/2011, de 6 de Maio;

12. Apresentação e discussão do Projeto de Resolução n.º 131/XII/1.ª (PCP) – Recomenda a revogação imediata da desativação do serviço de passageiros da Linha do Vouga, conforme consta do Plano Estratégico dos Transportes e a requalificação e modernização desta Linha

13. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS para audição da Senhora Secretária de Estado do Turismo sobre a extinção dos três Centros de Novas Oportunidades do Turismo de Portugal, I.P.

14. Outros assuntos



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 42/XII/ 1.ª SL

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 38/XII, 39/XII, 40/XII e 41/XII (reuniões de 13, 14 e 15 de Dezembro de 2011);

Submetidas à votação, foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PEV, as atas n.ºs 38/XII, 39/XII, 40/XII e 41/XII, relativas às reuniões de 13, 14 e 15 de Dezembro de 2011.

2. Apreciação e votação do parecer, na generalidade, sobre a Proposta de Lei n.º 35/XII/1.ª (GOV) – Estabelece o regime jurídico aplicável à prestação de serviços postais, em plena concorrência, no território nacional, bem como de serviços internacionais com origem ou destino no território nacional e transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2008/6/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de Fevereiro de 2008.

Relator: Deputado Fernando Jesus (PS)

O Senhor Deputado Fernando de Jesus (PS) apresentou de forma sucinta o parecer relativo à Proposta de Lei n.º 35/XII, tendo feito referência à necessidade de serem solicitados ao Governo os documentos que este recebeu na sequência da consulta pública que promoveu bem como das restantes audições que fez.

O Senhor Presidente agradeceu ao relator a forma rápida como se disponibilizou para a elaboração deste parecer em tão curto espaço de tempo e deu a palavra ao Senhor Deputado Adriano Rafael Moreira (PSD), que considerou esta uma matéria da máxima importância, que merece da Assembleia da República a devida atenção, e enalteceu o parecer elaborado bem como a nota técnica, em especial a parte relativa ao Direito Comparado.

Também o Senhor Deputado Agostinho Lopes (PCP) se pronunciou criticamente em relação à rapidez com que são tratadas matérias da importância desta bem como ao facto de o Governo não ter enviado à Assembleia da República os pareceres que recebeu.

A Senhora Deputada Catarina Martins (BE) fez uma intervenção no mesmo sentido e considerou que a Proposta de Lei não estava em condições de subir a Plenário por não respeitar o requisito do artigo 124.º, n.º 3, do Regimento.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 42/XII/ 1.ª SL

Tornou a usar da palavra o relator, para recordar que faz eco dessas preocupações no seu parecer, mas que as conclusões que apresenta também estão condicionadas com o facto de se prever o agendamento da iniciativa para a reunião plenária do dia seguinte, segundo o acordo nesse sentido em Conferência de Líderes.

Este argumento foi reforçado pelo Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS), que recordou que o agendamento desta Proposta de Lei para o Plenário do dia seguinte se devia à necessidade pôr termo a uma situação de incumprimento na transposição da Diretiva.

No mesmo sentido foi a intervenção do Senhor Deputado Pedro Saraiva (PSD), reforçando a necessidade de votar o parecer, uma vez que a iniciativa estava agendada para o dia seguinte em Plenário, e de solicitar a documentação ao Governo.

Submetidas à votação, foram as partes I e III do parecer aprovadas, com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e votos contra do PCP e do BE.

3. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que institui o Mecanismo Interligar a Europa [COM(2011)665],

Relator: Deputado João Paulo Viegas (CDS-PP);

O Senhor Deputado João Paulo Viegas (CDS-PP) apresentou o parecer sobre a COM(2011)665.

Usou da palavra o Senhor Deputado Duarte Cordeiro (PS), para cumprimentar o relator e realçar que o nosso país tem interesse em qualquer uma destas áreas particulares, criticando o facto de esta iniciativa aumentar as responsabilidades do nosso país mas não ser transparente quanto à divisão dos fundos pelas diversas infraestruturas. Concluiu que será importante a Comissão acompanhar a capacidade de o Governo disputar o financiamento para estes mecanismos e sugeriu o aditamento, ao parecer, de um parágrafo onde se refira os riscos que estas iniciativas podem ter para o princípio da coesão territorial, consagrado no Tratado de Lisboa.

Também o Senhor Deputado Luís Leite Ramos (PSD) cumprimentou o relator e considerou a matéria da máxima importância para a União Europeia, no sentido de se concretizar o reforço do mercado interno, e para Portugal uma vez que estes mecanismos podem ser decisivos para



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 42/XII/ 1.ª SL

captação de investimentos, tendo criticado também o poder discricionário com que a Comissão Europeia fica.

Pelo Senhor Deputado Agostinho Lopes (PCP) foi referida a contradição entre esta iniciativa e o que está a ser imposto pela Troika, da qual a Comissão Europeia é parte integrante. Frisou que ao mecanismo em causa não vai servir para reforçar a coesão territorial, antes pelo contrário vai alargar as diferenças entre as várias regiões europeias.

Finalmente, o relator tornou a usar da palavra para concordar com a proposta apresentada pelo Deputado Duarte Cordeiro.

Submetido à votação, foi o parecer, com a proposta apresentada, aprovado por unanimidade, registando-se as ausências do BE e do PEV.

4. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração do Acordo que cria uma Associação entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a América Central, por outro [COM(2011)679]

Relator: Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS);

Pelo Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) foi apresentado o parecer sobre a COM(2011)679.

O Senhor Deputado Nuno Matias (PSD) cumprimentou o relator e expressou concordância com a análise, o enquadramento jurídico e as conclusões apresentadas.

O Senhor Deputado Agostinho Lopes (PCP) reiterou a posição de que estes documentos deveriam vir acompanhados de uma informação do Governo português com a sua posição sobre estes acordos e as suas consequências para o país. Expressou uma posição discordante em relação ao acordo propriamente dito, por abrir a porta a mais importações agrícolas, em condições mais favoráveis do que as exigidas para os produtos nacionais.

O autor do parecer considerou importante a questão levantada pelo Deputado Agostinho Lopes, mas realçou a contradição entre a defesa dos próprios mercados e o facto de se ter como único fator macroeconómico de crescimento a aposta nas exportações. Deixou também à consideração do Senhor Presidente a possibilidade de, em acordos desta natureza, serem



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 42/XII/ 1.ª SL

tomadas as diligências para que o debate possa ser enriquecido com os documentos que refere o Deputado Agostinho Lopes.

Submetido à votação, foi o parecer aprovado por unanimidade, registando-se as ausências do BE e do PEV.

5. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à segurança das atividades de prospeção, pesquisa e produção offshore de petróleo e gás [COM(2011)688],

Relatora: Deputada Heloísa Apolónia (PEV);

Não tendo sido enviado à Comissão o parecer sobre esta iniciativa, e terminado o prazo para o fazer, foi dado conhecimento à Comissão de Assuntos Europeus do não escrutínio da iniciativa.

6. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo ao Programa Consumidores para 2014-2020 [COM(2011)707]

Relator: Deputado Fernando Serrasqueiro (PS);

De seguida, o Senhor Deputado Fernando Serrasqueiro (PS) apresentou o parecer sobre a COM(2011)707.

O Senhor Deputado Pedro Saraiva (PSD) cumprimentou o relator e considerou dececionante a pouca dotação orçamental que o Programa Consumidores tem.

Submetido à votação, foi o parecer aprovado por unanimidade, registando-se as ausências do BE e do PEV.

7. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de DIRECTIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva 2006/126/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante às cartas de condução que incluem as funcionalidades de um cartão de condutor [COM(2011)710],

Relator: Deputado Bruno Dias (PCP);

O Senhor Deputado Agostinho Lopes (PCP) informou que o relator desta iniciativa iria apresentar o parecer na próxima reunião ordinária da Comissão.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 42/XII/ 1.ª SL

8. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO Cooperação administrativa no domínio dos impostos especiais de consumo [COM(2011)730]

Relatora: Deputada Catarina Martins (BE);

A Senhora Deputada Catarina Martins (BE) apresentou então o parecer sobre a COM(2011)730.

Usou da palavra a Senhora Deputada Paula Cardoso (PSD), para cumprimentar a relatora e realçar a importância desta iniciativa, que avança no sentido de se evitar duplas tributações nos impostos especiais sobre o consumo.

Submetido à votação, foi aprovado o parecer por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

9. Apreciação e votação do parecer sobre o "Pacote Mercadorias" [COM(2011)765, COM(2011)766, COM(2011)764, COM(2011)768, COM(2011)769, COM(2011)770, COM(2011)771, COM(2011)772, COM(2011)773]

Relator: Deputado Nuno Encarnação (PSD);

De seguida, foi apresentado pelo Senhor Deputado Nuno Encarnação (PSD) o parecer sobre um conjunto de iniciativas europeias que constitui o "Pacote Mercadorias".

Submetido à votação, foi o parecer aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

10. Apreciação Parlamentar n.º 1/XII/1.ª (PCP) – Decreto-Lei n.º 61/2011, de 6 de Maio, que "Regula o acesso e exercício da atividade das agências de viagem e turismo"

Discussão e votação das propostas de alteração

Começou por usar da palavra o Senhor Deputado João Ramos (PCP), para fazer a apresentação global das propostas de alteração ao Decreto-Lei n.º 61/2011 subscritas pelo seu grupo parlamentar, e para referir que o PCP não concorda com o princípio deste diploma mas, mesmo assim, entende que há algumas matérias em que o mesmo pode ser melhorado.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 42/XII/ 1.ª SL

O Senhor Deputado José Mendes Bota (PSD) referiu que, em opinião do seu grupo parlamentar, este diploma constitui um avanço legislativo e que o PSD e o CDS-PP, em iniciativa conjunta, apresentaram um projeto de resolução sobre a matéria, o qual é objeto do ponto seguinte da ordem do dia, com o qual propõem a criação pelo Governo de um grupo de trabalho para estudar e analisar os pontos críticos deste Decreto-Lei. Tendo em consideração estes fatores, não faz sentido aprovar neste momento, de forma casuística, quatro alterações ao diploma em causa.

Pela Senhora Deputada Hortense Martins (PS) foi defendido que a matéria em causa merece e requer uma análise bastante aprofundada. A Apreciação Parlamentar que agora se discute surge em consequência de um Diretiva e da existência de um problema grave que se verificou no sector e que evidenciou o não funcionamento do atual regime de cauções. Referiu também se o seu grupo parlamentar o regime de financiamento das empresas está diferente, para pior, do que quando foi elaborada esta legislação. Lembrou ainda que a Secretária de Estado do Turismo se comprometeu, em Plenário, a apresentar a reformulação desde Decreto-Lei até ao final de Janeiro, pelo que nessa altura o PS decidirá uma eventual apreciação parlamentar da solução que for apresentada. Concluiu, expressando discordância em relação às propostas de alteração ao Decreto-Lei apresentadas pelo PCP.

O Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) alertou para a necessidade de estabilidade e segurança jurídicas e para o desconhecimento sobre o sector, que era quase total. Defendeu também que se deveria esperar pelas soluções que vão ser apresentadas pela Senhora Secretária de Estado do Turismo e reforçou as palavras do Deputado Mendes Bota a propósito do Projeto de Resolução apresentado pelo PSD e CDS-PP.

O Senhor Deputado João Ramos (PCP) concluiu a discussão da Apreciação Parlamentar n.º 1/XII, manifestando a disponibilidade sempre permanente do seu grupo parlamentar em discutir a matéria em causa.

Submetidas à votação todas as propostas de alteração do Decreto-Lei n.º 61/2011, apresentadas pelo PCP, foram as mesmas rejeitadas, com votos contra do PSD, do PS e do CDS-PP e votos a favor do PCP e do BE.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 42/XII/ 1.ª SL

11. Apresentação e discussão do Projeto de Resolução n.º 134/XII/1.ª (PSD, CDS-PP) – Recomenda ao Governo a alteração de normas do Decreto-Lei n.º 61/2011, de 6 de Maio;

De seguida, procedeu-se à apresentação e discussão do Projeto de Resolução n.º 134/XII (PSD, CDS-PP), a qual decorreu da seguinte forma:

O Senhor Deputado José Mendes Bota (PSD) apresentou o Projeto de Resolução, realçando que os proponentes pretendem que o Governo possa, com o auxílio de um grupo de trabalho, o qual deve ter um mandato temporal preciso, possa analisar os pontos do Decreto-Lei n.º 61/2011 que podem merecer retificação, tendo identificado, de entre estes, as questões relacionadas com a discriminação entre pequenas, médias e grandes empresas, a forma como o fundo de garantia de viagens e turismo é constituído, bem como a apropriação coletiva deste fundo, que é gerido pelo Turismo de Portugal, I.P. Abordou também a questão da concorrência que é feita por entidades que, pelo seu carácter público, fazem concorrência desleal à iniciativa privada neste sector. Concluiu, defendendo que há críticas ao Decreto-Lei que devem ser aprofundadas por um grupo de trabalho constituído por representantes do sector, dos consumidores e do mercado, e que a Assembleia da República poderá sempre, depois, apreciar aquilo que o Governo entender fazer para melhorar o Decreto-Lei.

O Senhor Deputado João Ramos (PCP) expressou uma opinião crítica ao facto de os grupos parlamentares proponentes se eximirem de aprovar, na Comissão, alterações ao próprio Decreto-Lei em causa, conforme proposto pelo PCP na Apreciação Parlamentar n.º 1/XII, e remeterem tudo para o Governo. Concluiu, informando que o seu grupo parlamentar não pode acompanhar o Projeto de Resolução em causa.

Pela Senhora Deputada Hortense Martins (PS) foi afirmado que o Governo anterior, quando fez alterações a este sector, fê-las sempre em conjunto com os agentes do sector. Considerou que não devia ser necessário criar um grupo de trabalho nem recomendar ao Governo que analise a situação porque a própria Secretária de Estado do Turismo já se tinha comprometido a fazê-lo, aquando da discussão da Apreciação Parlamentar n.º 1/XII/1.ª no Plenário. Informou ainda que o seu grupo parlamentar não se opõe à criação do grupo de trabalho, mas propõe que seja acrescentado na parte resolutiva do Projecto de Resolução um ponto a solicitar ao Governo que dê conta à Assembleia da República das conclusões apresentadas pelo grupo de trabalho. Concluiu, afirmando que um dos aspetos que no passado tinha deficiências foi a fiscalização, mas também concluiu que o sistema de caucões não era suficiente para proteção dos



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 42/XII/ 1.ª SL

consumidores, como se viu no caso Marsans. Daí que se tivesse alterado a lei. O PS estará atento e acompanhará a proposta de alteração à lei que o Governo entenda fazer.

O Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) considerou que o Decreto-Lei em causa é uma boa base de trabalho e que é de todo pertinente que o Governo possa analisar um conjunto de matérias que podem ser melhoradas.

Concluiu a discussão o Senhor Deputado José Mendes Bota (PSD), para esclarecer que este Projeto de Resolução deu entrada na Mesa da Assembleia da República antes da discussão em Plenário da Apreciação Parlamentar n.º 1/XII/1.ª e, portanto, antes do compromisso da Senhora Secretária de Estado do Turismo, e para acatar a proposta apresentada pelo PS de que se acrescentar à parte resolutiva do Projeto de Resolução uma alínea d) com o seguinte teor: “e que envie à Assembleia da República, para apreciação, o relatório elaborado por esse grupo de trabalho”.

A discussão do Projeto de Resolução foi objeto de gravação, a qual está disponível na página da Comissão na Internet.

12. Apresentação e discussão do Projeto de Resolução n.º 131/XII/1.ª (PCP) – Recomenda a revogação imediata da desativação do serviço de passageiros da Linha do Vouga, conforme consta do Plano Estratégico dos Transportes e a requalificação e modernização desta Linha

O Senhor Deputado Agostinho Lopes (PCP) solicitou o adiamento deste ponto da ordem do dia para a reunião ordinária seguinte, de modo a que este projeto de resolução seja discutido em conjunto com dois outros que entretanto deram entrada na Mesa da Assembleia da República.

13. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS para audição da Senhora Secretária de Estado do Turismo sobre a extinção dos três Centros de Novas Oportunidades do Turismo de Portugal, I.P.

O Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) apresentou o requerimento para audição da Senhora Secretária de Estado do Turismo e expressou a estranheza do PS pelo facto de, casuisticamente, ter sido determinado a extinção de três Centros de Novas Oportunidades, sem ter havido uma avaliação externa, uma auditoria aos resultados do Programa Novas



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 42/XII/ 1.ª SL

Oportunidades. Conclui expressando a abertura do seu grupo parlamentar para que a reunião em que se realize esta audição seja aberta a outros temas relacionados com o turismo.

Pelo Senhor Deputado Pedro Saraiva (PSD) foi reafirmado que o Governo estava a fazer uma avaliação do Programa Novas Oportunidades. Considerando que esta não será a matéria mais importante a discutir na área do turismo, informou que o seu grupo parlamentar viabilizará esta audição se na mesma poderem ser discutidas outras matérias da área do turismo.

Pronunciaram-se ainda os Senhores Deputados Hélder Amaral (CDS-PP), João Ramos (PCP) e Catarina Martins (BE), para concordarem com a audição proposta e com o alargamento do âmbito da audição.

Submetido à votação, foi o requerimento aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

14. Outros assuntos

No último ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente informou que o Senhor Ministro da Economia e do Emprego tinha proposto o dia 17 de janeiro para a audição sobre a Nissan.

O Senhor Deputado Paulo Campos (PS) questionou sobre a insistência para envio à Comissão dos documentos já solicitados sobre as ex-SCUT, tendo o Senhor Presidente respondido que essa insistência tinha sido feita logo a seguir à última reunião da Comissão.

Por sua vez, o Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) questionou se estava prevista alguma audição de membros do Governo na sequência de Conselhos Europeus, tendo o Senhor Presidente respondido que, no momento, nada estava previsto, mas se algum grupo parlamentar revelar interesse na sua realização, iniciar-se-á o processo para a sua concretização.

Finalmente, pelo Senhor Deputado Fernando Jesus (PS) foi referido um pedido de audiência dirigido à Comissão pela empresa Mecanidraulica e a necessidade de a mesma ser concedida com urgência, tendo o Senhor Presidente respondido que em regra as audiências são concedidas pelo Grupo de Trabalho Audiências da CEOP e não deveria criar-se o precedente de mobilizar toda a Comissão para audição de empresas, casuisticamente, sob o risco se os trabalhos normais da Comissão ficarem completamente inviabilizados.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 42/XII/ 1.^a SL

A reunião foi encerrada às 13:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 22 dezembro 2011.

O PRESIDENTE

(LUÍS CAMPOS FERREIRA)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 42/XII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira
Agostinho Lopes
Ana Paula Vitorino
Carina Oliveira
Catarina Martins
Cláudia Monteiro de Aguiar
Duarte Cordeiro
Eduardo Teixeira
Fernando Jesus
Fernando Serrasqueiro
Helder Amaral
Hortense Martins
João Paulo Viegas
Luís Campos Ferreira
Luís Leite Ramos
Luís Menezes
Nuno Encarnação
Nuno Filipe Matias
Paulo Ribeiro de Campos
Pedro Pinto
Pedro Saraiva
Rui Paulo Figueiredo
António Leitão Amaro
João Ramos
Jorge Fão
Maria Paula Cardoso
Mendes Bota
Paulo Cavaleiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia